

Trabalho de campo em regiões de fronteira: um relato a partir da experiência na “Pesquisa sobre Segurança Pública nos Municípios de Fronteira” – Ministério da Justiça/ENAFRON

*André Luiz Faisting¹
Sandra Cristiana Kleinschmitt²*

Resumo: Diante da lacuna de informações qualificadas sobre as dinâmicas de criminalidade locais e as especificidades sociais, econômicas e culturais das regiões de fronteiras no Brasil, foi realizada em 2013 uma extensa pesquisa sobre “Segurança Pública nos Municípios de Fronteira”. Encomendada pelo Ministério da Justiça dentro do Programa ENAFRON (Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras), o diagnóstico cobriu os 588 municípios brasileiros localizados na faixa de fronteira e os levantamentos foram realizados com base em dados secundários, com *survey* para uma amostra de 178 municípios e trabalho de campo qualitativo em 55 municípios. O objetivo deste artigo é relatar a experiência de campo vivenciada por dois membros de duas equipes distintas que participaram da pesquisa: da UNIOESTE e da UFGD. Entre algumas percepções dos pesquisadores, destacam-se o contraste entre realidades e dinâmicas fronteiriças, a desconfiança inicial dos moradores dos municípios de fronteiras e as situações inesperadas e não planejadas no trabalho de campo.

Palavras-chave: Fronteiras; Segurança pública; Pesquisa de campo; ENAFRON.

Field work in border regions: an account of the experience in the “Public Security Research in the Municipalities of Border” – Ministry of Justice / ENAFRON

Abstract: In the face of the lack of qualified information about local crime dynamics and the social, economic and cultural specificities of border regions in Brazil, an extensive research was carried out in 2013 on “Public Security in the Municipalities of Border”. Commissioned by the Ministry of Justice within the ENAFRON (National Public Safety at the Borders), the diagnosis covered the 588 Brazilian municipalities located in the border area and the surveys were carried out based on secondary data, with a survey for a sample of 178 municipalities and qualitative field work in 55 municipalities. The objective of this article is to report the field experience experienced by two members of two distinct teams that participated in the research: UNIOESTE and UFGD. Some of the researchers

¹ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e professor dos cursos de Graduação em Ciências Sociais e do Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: andrefaisting@ufgd.edu.br.

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professora do curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Toledo). E-mail: sandrakleinschmitt@hotmail.com.

perceptions include the contrast between realities and frontier dynamics, the initial distrust of the inhabitants of border municipalities, and unexpected and unplanned situations in the fieldwork.

Keywords: Frontiers; Public security; Field research; ENAFRON.

Introdução

Entre os estudos no campo das ciências sociais que têm se ampliado nas últimas décadas estão “a discussão sobre globalização e o lugar do Estado nacional no processo de redefinição de suas fronteiras” (CARDIN; ALBUQUERQUE, 2018, p. 118). Barreira e Adorno (2010, p. 343) também indicam a importância de ampliação do conhecimento para as regiões de fronteira, argumentando que “no estágio atual é impossível uma visão do território nacional como um todo, o que nos permitiria melhor entender fenômenos contemporâneos, como o fluxo de migrantes, mercadorias e capitais nas fronteiras”. Com efeito, esses fenômenos representam hoje uma das principais preocupações dos governos de vários países, ou seja, “se em um pequeno espaço de fronteira um controle e fiscalização nunca se concretizam totalmente, imagine-se então quão enganosa é a representação de um controle efetivo ou completo da fronteira brasileira”. (NEVES, *et. al.*, 2016, p. 22)

Foi, portanto, num contexto de necessidade de novas pesquisas sobre as fronteiras brasileiras, que participamos, em 2013, de uma pesquisa nacional intitulada “Segurança Pública nos Municípios de Fronteira”. A pesquisa surgiu da lacuna de informações qualificadas sobre as dinâmicas de criminalidade locais e especificidades sociais, econômicas e culturais das regiões de fronteiras no Brasil. Diante desta lacuna e vislumbrando uma maior atuação nas fronteiras brasileiras com a intensificação do controle, da fiscalização e da prevenção de delitos transfronteiriços praticados nas regiões de fronteiras, o Ministério da Justiça, dentro do Programa Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), encomendou a pesquisa para diagnosticar a situação de segurança pública nesses municípios, para atender a essa demanda de um diagnóstico tecnicamente qualificado.

A pesquisa foi coordenada pelo Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU) e pelo Grupo RETIS, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ao primeiro coube a realização de um diagnóstico socioeconômico e demográfico da faixa de fronteira relacionado à criminalidade e à violência, e o segundo se dedicou ao diagnóstico da segurança pública por meio de levantamento quantitativo (*survey* para uma amostra de 178 municípios) e trabalho de campo qualitativo em 55 municípios.³

O diagnóstico cobriu os 588 municípios brasileiros da faixa de fronteira, que envolve 11 Estados e mais de 17 mil quilômetros de extensão terrestre. Muitos Estados nacionais definem juridicamente uma Faixa de Fronteira por questão de segurança nacional. A lei que estabelece a Faixa de Fronteira brasileira foi alterada pela última vez, em 1979, e delimitou a 150 km a partir do limite internacional, mas respeitando o recorte municipal. A Tabela 1 apresenta o panorama da faixa de fronteira em relação aos municípios, habitantes e extensão.

³ A escolha dos dois grupos de pesquisas foi motivada pelo fato de ambos serem reconhecidos por suas pesquisas na área de fronteiras (RETIS) e de violência (NECVU). Apesar de a pesquisa ter ocorrido ao longo de 2013, os relatórios finais só foram publicados no final de 2016, cujos resultados disponibilizaram uma quantidade substantiva de dados quantitativos e qualitativos sobre todos os municípios localizados nas regiões de fronteira, o que tem permitido o acesso e o cruzamento de informações sobre as fronteiras brasileiras (Ver NEVES *et al.*, 2016).

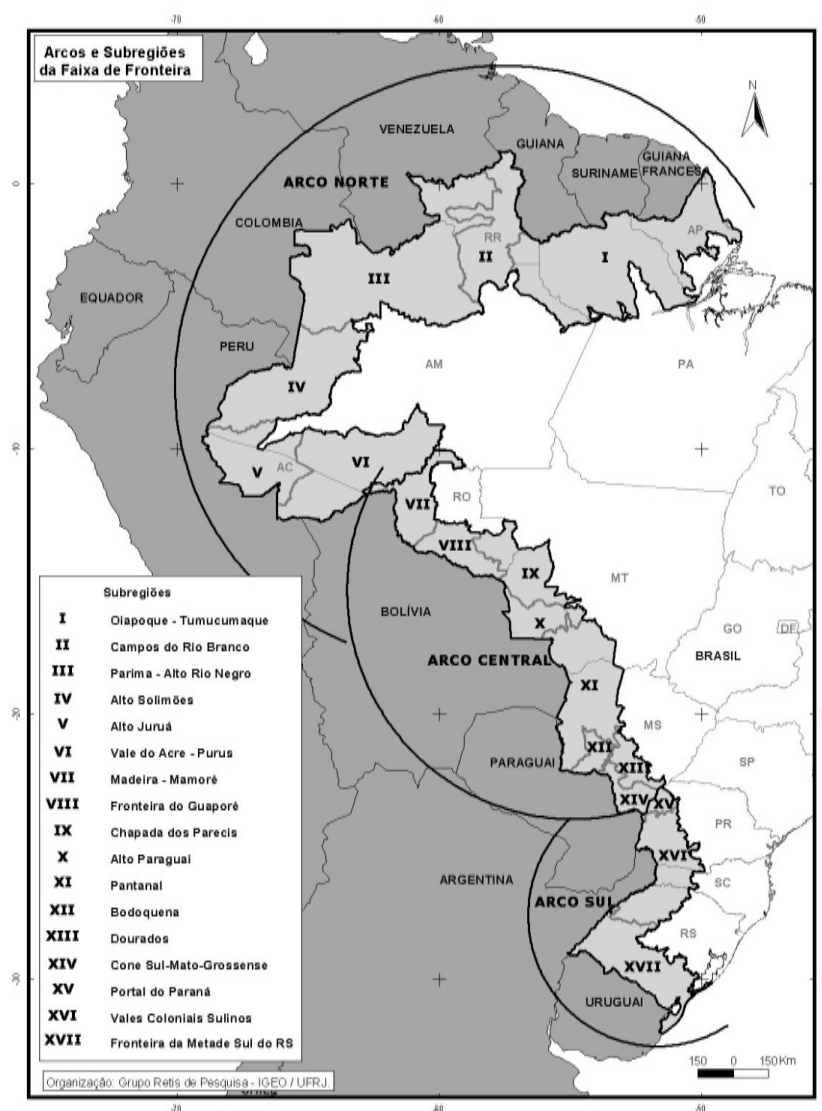
Tabela 1 – Panorama da Faixa de Fronteira

	QUANT. MUNICÍPIOS	HABITANTES	KM
ARCO NORTE	71 municípios	1.970.387 hab.	10.368 km
ARCO CENTRAL	99 municípios	2.269.651 hab.	3.859 km
ARCO SUL	418 municípios	6.321.394 hab.	2.496 km
TOTAL	588 municípios	10.561.432 hab.	16.723 km

Fonte: (Adaptado de CMN, 2008).

Os Arcos estão representados pelos seguintes Estados: Arco Norte: Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre; Central: Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; e Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os arcos estão subdivididos conforme a Figura 1.

Figura 1 – Faixa de Fronteira: Arcos e Sub-regiões



Fonte: (MI/SPR/PDFF, 2009).

Para realização desta pesquisa de âmbito nacional, foi necessário estabelecer parcerias com pesquisadores das universidades localizadas nas regiões de fronteira. Assim, a equipe de pesquisadores da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) ficou responsável pela coleta de dados nas fronteiras dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, totalizando 48 municípios (32 no Paraná e 16 em Santa Catarina).⁴ No que se refere ao Estado de Mato Grosso do Sul, foram formadas duas equipes, uma da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), cuja sede fica em Campo Grande, e outra da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que tem sede na cidade de Dourados, no Sul do Estado. Para um total de 44 municípios localizados na faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul, a equipe da UFGD ficou responsável pela pesquisa em 24 deles.⁵ Para a pesquisa qualitativa, além de Dourados que é a cidade-polo da região, foram cobertos três municípios localizados na linha de fronteira, quais sejam: Paranhos, Sete Quedas e Mundo Novo.

O objetivo deste artigo é abordar aspectos da pesquisa de campo realizada em alguns desses municípios que se caracterizam por estarem localizados em regiões de fronteira, suas semelhanças, diferenças e peculiaridades, partindo das experiências vividas por dois pesquisadores das equipes da UNIOESTE e da UFGD.

Organização da pesquisa

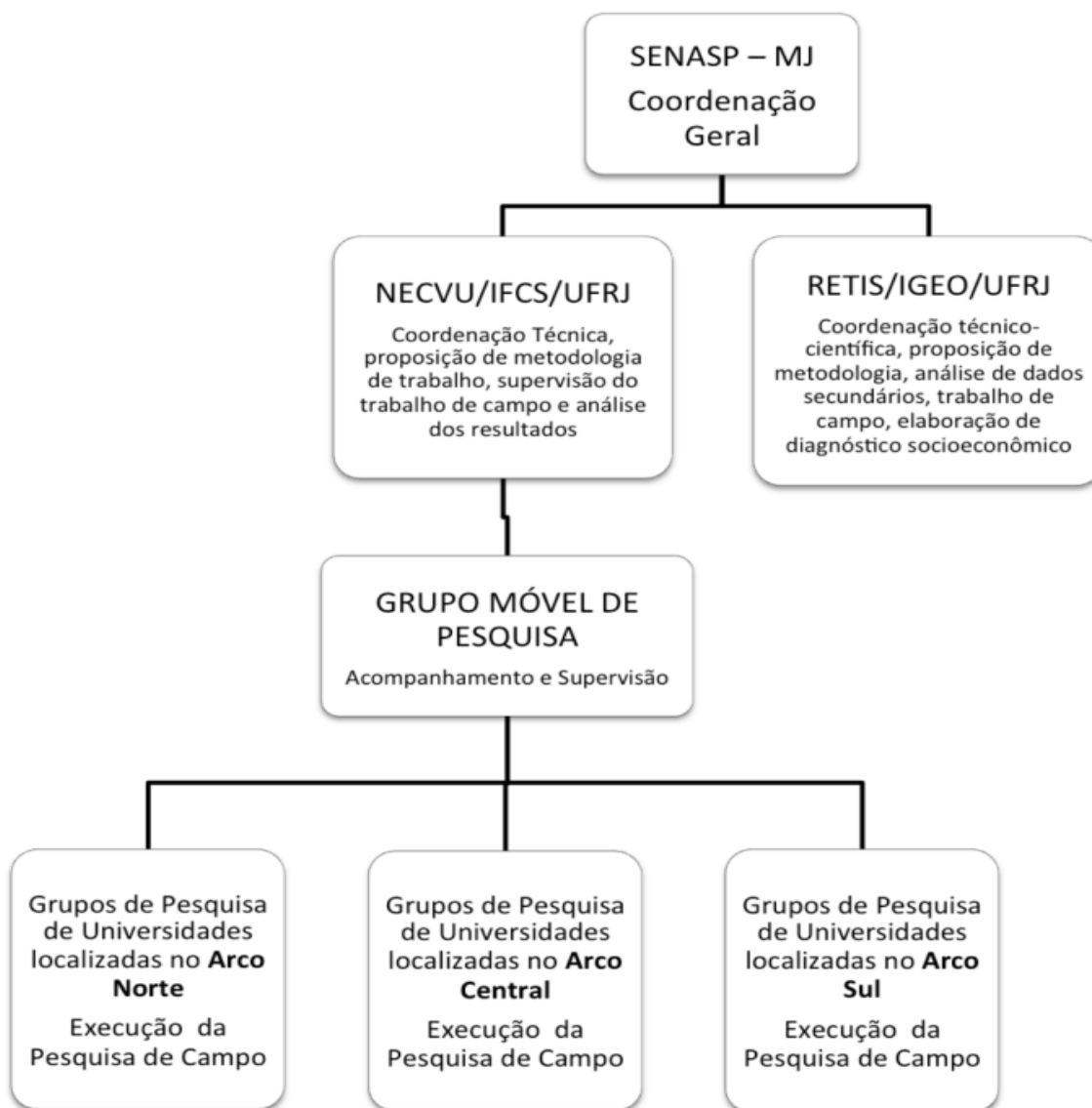
A pesquisa foi coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, por meio do Programa ENAFRON, vinculado ao Ministério da Justiça. A coordenação técnica ficou sob responsabilidade do NECVU e do Grupo RETIS. Por fim, várias universidades localizadas no Arco Norte, Arco Central e Arco Sul ficaram responsáveis pela execução da pesquisa de campo, sendo acompanhadas e supervisionadas por um grupo móvel de pesquisas do NECVU.

A pesquisa foi realizada em três níveis: 1) diagnóstico que cobriu os 588 municípios brasileiros da faixa de fronteira, com levantamentos de dados secundários (estatísticas oficiais); 2) *survey* para uma amostra de 178 municípios; 3) pesquisa qualitativa numa amostra de 55 municípios: etnografias, entrevistas abertas e grupos focais, com produção de dados em fontes primárias (delegacias, batalhões de polícia, prisões, justiça, imprensa etc.). O organograma a seguir apresenta a organização hierárquica da pesquisa.

⁴ Os municípios cobertos pela equipe da UNIOESTE foram os seguintes: Paraná: Ampére, Assis Chateaubriand, Barracão, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Céu Azul, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guaíra, Icaraíma, Itaipulândia, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Santa Rosa, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, Santo Antônio do Sudoeste, São Miguel do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Umuarama e Vera Cruz do Oeste; Santa Catarina: Bandeirante; Belmonte; Chapecó; Concórdia; Dionísio Cerqueira; Guaraciaba; Itapiranga; Maravilha; Paraíso; Princesa; Santa Helena; São José do Cedro; São Lourenço do Oeste; São Miguel do Oeste; Tunápolis e Xanxerê.

⁵ Os municípios cobertos pela equipe da UFGD foram: Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Iguatemi, Itaporã, Itaquiraí, Japorã, Jateí, Juti, Laguna Carapã, Mundo Novo, Naviraí, Novo Horizonte do Sul, Paranhos, Rio Brillante, Sete Quedas, Tacuru, Taquaruçu e Vicentina.

Figura 2 – Organograma organizacional da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2013).

Dessa forma, antes da pesquisa de campo propriamente dita, as equipes foram responsáveis pelo levantamento de dados censitários, econômicos e geográficos dos municípios pesquisados. Quando os dados não estavam disponíveis nos sites oficiais dos municípios, um dos membros da equipe se deslocava até os mesmos para levantar essas informações junto aos órgãos oficiais. Isso foi importante para fomentar a pesquisa qualitativa que seria posteriormente realizada pelas equipes completas.

Preparação para a pesquisa

Antes de iniciar o trabalho de campo, foi realizada uma reunião das equipes com as cúpulas de segurança pública dos Estados para apresentação oficial da pesquisa, reunião que contou com a presença do coordenador geral da pesquisa. Os responsáveis pela área da justiça e da segurança pública foram convocados pelo Ministério da Justiça para conhecerem a pesquisa e os pesquisadores. As reuniões ocorreram nas sedes das Secretarias de Estado.

No Estado de Mato Grosso do Sul a reunião teve momentos de desconfiança, sobretudo pela possibilidade levantada pelas autoridades de divulgação, por parte dos pesquisadores, de dados sigilosos. Daí a decisão para que os pesquisadores assinassem termos de responsabilidade quanto ao sigilo das informações coletadas. No Estado do Paraná, a Polícia Militar ofereceu resistência no início da pesquisa, alegando que o acordo de cooperação não havia sido repassado para os comandantes locais. Assim, apenas depois desse comunicado oficial, a pesquisa teve início. No Estado de Santa Catarina, não houve imprevistos, uma vez que, pelo cronograma seguido, os levantamentos foram realizados posteriormente ao Estado do Paraná, ocasião em que as autoridades locais já estavam cientes.

Quanto à formação das equipes, na UFGD foi constituída uma equipe com seis pesquisadores: três docentes, um mestrando e dois graduandos. Todos eles participaram de todas as atividades, mas cada um tinha pelo menos uma função específica na equipe. Na UNIOESTE também foi constituída uma equipe com seis integrantes: três docentes, um mestrando, um graduado e um técnico-administrativo. Os professores e o mestrando ficaram responsáveis por planejar e aplicar a pesquisa de campo. O graduado e o técnico-administrativo ficaram responsáveis pela parte administrativa e burocrática da pesquisa.

Antes de iniciar a pesquisa de campo, houve várias reuniões de planejamento entre os membros de cada equipe, além do estudo de textos teóricos e metodológicos que foram disponibilizados pela coordenação geral, bem como o levantamento de textos e pesquisas levantadas pelas equipes sobre fronteiras e segurança pública.

A equipe da UFGD fez visitas prévias nos municípios onde a pesquisa seria realizada. Ou seja, um ou dois dias antes de a equipe se deslocar para o município, um dos membros se antecipava e viajava para o local com o objetivo de desenvolver observações, sentir o “clima” do município, realizar conversas informais com as pessoas comuns e identificar potenciais colaboradores para participar do “grupo focal” e das entrevistas. Destaca-se que esse membro da equipe não podia aplicar os instrumentos formais da pesquisa, apenas registrar as observações e realizar conversas informais, já que essa tarefa deveria ser realizada por toda a equipe de pesquisadores. Com isso, garantia-se a participação de pelo menos dois membros da equipe em cada uma das atividades de pesquisa, garantindo-se que em nenhuma circunstância houvesse um único pesquisador. Na maioria das vezes, contudo, a equipe estava completa em todas as atividades de campo, seja na aplicação dos questionários, nas entrevistas ou nos grupos focais.

A equipe da UNIOESTE não fez as visitas prévias nos municípios pesquisados, uma vez que alguns membros da equipe já circulavam com frequência pelos municípios fronteiriços, portanto já os conhecia o suficiente para fomentar o trabalho coletivo da equipe. Desse modo, foram estabelecidas três fases para a pesquisa de campo: a) *survey* com as autoridades policiais, com roteiro logístico nos municípios do Estado do Paraná para cada pesquisador; b) reunião de toda a equipe para realização do *survey* e a pesquisa qualitativa nos municípios do Estado de Santa Catarina; c) concentração nos municípios em que se precisava fazer a pesquisa qualitativa,

sendo que todos os pesquisadores de campo realizaram o trabalho juntos e acompanhados pelo grupo móvel da pesquisa (supervisores).

Pesquisa quantitativa

O *survey* foi constituído de questões fechadas e destinadas às autoridades policiais civis e militares, agentes da polícia federal, rodoviária, guarda municipal e receita federal, além de juizes, promotores e secretários municipais de segurança. As questões versavam sobre efetivo de policiais, quantitativo de armamentos, munição e veículos, estrutura física e instalações, processos criminais e políticas de segurança. Questionava também sobre as percepções da criminalidade por parte desses agentes, com questões classificadas em escalas temporais (jamais, raramente, ocasionalmente, frequentemente, muito frequentemente) sobre fatos e acontecimentos, bem como afirmações sobre as características da fronteira local nas quais os entrevistados indicavam estar em total desacordo, mais em desacordo, mais de acordo ou totalmente de acordo. Durante a aplicação do questionário, avaliava-se a viabilidade ou não de complementar com a entrevista aberta e em profundidade.

Pesquisa qualitativa

A pesquisa qualitativa foi realizada por meio de etnografia, entrevistas semiestruturadas e grupos focais. Nas entrevistas o objetivo era abordar a situação de segurança pública dos municípios a partir da percepção dos entrevistados sobre os conflitos mais importantes, a criminalidade local, os atores sociais envolvidos, formas de atuação dos órgãos de segurança, relações com o país vizinho, fluxos de mercadorias e pessoas (legais e ilegais), composição e procedência da população do município etc. A dinâmica do trabalho de campo deveria guiar a escolha de informantes relevantes e indicar a necessidade de ampliação de entrevistados. De todos os entrevistados foi exigida uma ficha de identificação, com o intuito de caracterizar o perfil socioeconômico e cultural dos mesmos.

Em relação aos grupos focais, seu objetivo era o de registrar a percepção de diversos agentes sociais locais, destacando e priorizando a participação de lideranças comunitárias. Ou seja, se para a aplicação dos questionários e realização das entrevistas privilegiaram-se as autoridades locais, para os grupos focais a prioridade deveria ser direcionada às pessoas comuns, no sentido de captar suas percepções sobre a vida cotidiana e o trabalho nas regiões de fronteiras, bem como suas percepções sobre crime, violência e segurança nessas regiões.

A técnica do grupo focal permite captar essa percepção uma vez que não direciona o questionamento para um informante em especial, mas para pessoas em geral que também experimentam a vida na fronteira. Assim, as equipes tinham a incumbência de selecionar para o grupo focal pessoas com disposição e com envolvimento comunitário e social de acordo com os objetivos da pesquisa, para debater as questões colocadas por um moderador. Entre os participantes do grupo focal destacaram-se profissionais da educação, da saúde, da imprensa, do comércio, de igrejas, estudantes e lideranças comunitárias.

Além do moderador, que era responsável por lançar as questões e estimular o debate entre os participantes, também era necessária a presença de um auxiliar da equipe para acompanhar a dinâmica do debate e auxiliar o moderador, bem como de um redator responsável pelo registro escrito das dinâmicas. O número de participantes para o grupo focal poderia variar, mas sugeria-se um número entre cinco e oito. Daí a necessidade de planejamento do grupo

focal com antecedência, identificando o potencial de colaboração dos participantes, que eram estimulados a destacar casos significativos ocorridos no local, além de serem estimulados ao máximo a contarem casos com a maior quantidade de detalhes possível. Assim como ocorreu com as entrevistas, a atividade do grupo focal foi gravada em áudio e enviada à coordenação geral, que ficou responsável pela transcrição e análise do material.

Por fim, um dos procedimentos exigidos pela coordenação geral foi a produção de um relatório circunstanciado por parte dos pesquisadores, no intuito de registrar, também, suas próprias percepções sobre a pesquisa. Além disso, também foi exigido que as equipes sempre captassem a realidade local por meio de fotografias das instalações visitadas e das atividades de pesquisa realizadas, o que permitiu compor um substancial banco de dados com imagens dos municípios localizados em regiões de fronteira do Brasil.

Algumas dificuldades e curiosidades do campo

Tanto a equipe da UNIOESTE quanto a da UFGD executaram a pesquisa de campo em seis meses, de abril a setembro de 2013. Durante todo este período, fizemos uso do caderno de campo para registro das observações, das situações normais e das circunstâncias inusitadas. Frisou-se também a necessidade de utilização de linguagem comum e transparente por parte dos membros das equipes para que as distorções fossem mínimas.

Entre as várias situações em comum vivenciadas pelas duas equipes de pesquisa, destaca-se a recorrente desconfiança inicial por parte dos moradores e dos profissionais nos municípios de fronteira. Em um dos grupos focais realizado pela equipe da UNIOESTE, por exemplo, uma das participantes disse o seguinte: *“Podem confessar que vocês são da Polícia Federal! O que vocês estão fazendo é bem típico da Polícia. Volta e meia aparece uns mendigos aqui, malvestido, mas a mão deles está um espetáculo de cuidada. Isso é tudo gente da polícia que está fazendo investigação e se disfarça!”* No caso da equipe da UFGD, também era nítida a desconfiança inicial por parte dos interlocutores, e demorava-se algum tempo até que se pudesse ganhar a confiança dos mesmos, ainda que explicitados os objetivos e a importância da pesquisa.

Contudo, as razões dessa dificuldade eram diferentes por parte de moradores e dos profissionais. Entre os primeiros, a desconfiança era no sentido de duvidarem de que não havia a intenção de identificar e punir os moradores supostamente envolvidos com ilícitos, afinal estávamos identificados com crachás do Ministério da Justiça, e não raramente éramos vistos como agentes do Estado com todo o simbolismo do poder coercitivo que este carrega. No caso das autoridades profissionais, por outro lado, era comum sermos identificados, inicialmente, como pesquisadores que desejavam apenas interferir numa área que não conhecíamos, para produzir impressões e interpretações que não estariam de acordo com o pensamento das autoridades e/ou das instituições que elas representavam.

Em ambos os casos, contudo, o esforço para conseguir as colaborações (ainda que estivéssemos autorizados e credenciados para isso) foi argumentar que o objetivo da pesquisa era produzir o diagnóstico para, a partir dele, melhor direcionar os recursos para área de segurança pública nas fronteiras brasileiras. Esse era, de fato, um dos objetivos da pesquisa, e quando nossos interlocutores se convenciam disso, a pesquisa fluía com mais tranquilidade.

Entre as inúmeras experiências vivenciadas pela equipe da UNIOESTE, destacam-se aquelas em que se pôde constatar o contraste da dinâmica fronteiriça entre o Paraguai e a Argentina. Isso ocorreu porque os pesquisadores são residentes da fronteira com o Paraguai,

mais especificamente moradores da cidade de Toledo, Paraná. Esta cidade e região sentem com mais frequência a dinâmica intensa de fluxo e circulação de mercadorias ilícitas e vivenciam a vinculação diária de notícias sobre mortes violentas na mídia. Assim, a equipe se surpreendeu com o contraste entre as fronteiras, pois a fronteira com a Argentina possui baixos índices de criminalidade violenta e a dinâmica da circulação de mercadorias se refere mais a mercadorias lícitas do que ilícitas, apesar de ilegais.

Por exemplo, nos municípios do Paraná próximos ao Paraguai, os relatos sobre a entrada de cigarros, pneus, armas e drogas provenientes do Paraguai eram unanimidade entre os entrevistados. Por outro lado, na fronteira com a Argentina, os relatos sobre a entrada de mercadorias estavam relacionados à apreensão de cargas de cebola, alpiste e lança-perfume. As justificativas para a dinâmica da fronteira com a Argentina ser mais “tranquila” estavam relacionadas ao fato de o lado argentino ter a “Amazônia argentina” na região nordeste daquele país. No entendimento da equipe da UNIOESTE, esse fato reflete e diz muito sobre a dinâmica dessa fronteira, pois muitos entrevistados comentaram que os crimes mais frequentes estavam relacionados ao furto de botijão de gás e casos de abigeato, além dos casos já relatados de descaminho de cebola e de alpiste.

No caso da equipe da UFGD, registram-se duas curiosidades e/ou situações vivenciadas que merecem destaque. A primeira remete ao fato de que, num dos grupos focais, realizado em um dos municípios da linha de fronteira, notamos a presença de uma pessoa que, imaginávamos, tinha interesse em participar da atividade. Com o passar do tempo, fomos percebendo que sua postura não era a de alguém que queria participar, mas apenas observar o que estávamos fazendo, ou seja, em nossa avaliação, uma forma de intimidação.

A segunda situação diz respeito à decisão da equipe de realizar um grupo focal na aldeia indígena de Dourados, considerando a especificidade dos povos indígenas nessa região de fronteira. A experiência foi marcante uma vez que foi possível compreender como, em regra, os povos indígenas são desconsiderados em termos de suas especificidades quando se discute segurança pública em regiões de fronteiras.

Nesse sentido, destaca-se também uma situação de hostilidade vivenciada pela equipe da UNIOESTE no município de Guaíra, ocasião em que estava ocorrendo um movimento em defesa da demarcação das terras indígenas. Alguns entrevistados acreditavam, inicialmente, que o interesse da pesquisa era apoiar a demarcação das terras, o que suscitou certa hostilidade direcionada a uma das integrantes da equipe em função de suas características físicas, que foram associadas aos povos indígenas. Ao final do grupo focal e ao perceber que se tratava de uma pesquisa sobre segurança pública nas fronteiras, uma das entrevistadas falou sobre os acontecimentos na cidade e, de forma indignada, apontou para uma das integrantes da equipe dizendo o seguinte: *“por exemplo, essa daí, com cara de índia, pode tranquilamente se declarar indígena e reivindicar as nossas terras aqui?”*. Embora o clima tenha ficado tenso nesse momento, pela indignação compreensível por parte dos demais membros da equipe, ressalta-se a postura serena da pesquisadora ofendida, que preferiu manter-se numa posição passiva e evitar o conflito. Com isso, encerrou-se a conversa e a equipe se despediu dos membros do grupo focal daquele município.

Considerações finais

Ressalta-se, em termos de um balanço final das experiências relatadas, que para ambos os pesquisadores que assinam esse artigo, tratou-se de uma experiência gratificante e exitosa, não apenas pela importância do tema e da possibilidade de levantamento de dados e informações relevantes para os estudos de fronteira, mas também pela possibilidade de ampliar o conhecimento de um campo específico ainda pouco explorado nas pesquisas sobre violência e segurança pública que é a fronteira, bem como pela possibilidade de lidar e combinar diferentes metodologias de pesquisa e com os desafios inerentes ao trabalho em equipe.

A proporem pensar na fronteira como categoria sociológica relevante para o estudo das sociedades contemporâneas, Cardin e Albuquerque (2018) indicam alguns desafios para construção de uma agenda de pesquisa nesse campo. Entre esses desafios, destacamos aquele em que os autores sugerem considerar “os problemas específicos que os subcampos da sociologia lançam ao investigarem as regiões fronteiriças na atualidade” (2018, p. 124), entre eles a sociologia da violência, a sociologia econômica, a sociologia das migrações e a sociologia/ antropologia do gênero. Consideradas as limitações em termos de conhecimento dessas áreas específicas da Sociologia, nossa experiência na pesquisa nacional sobre segurança pública nas fronteiras permitiu constatar a importância de todas essas dimensões retratadas nessas subáreas, bem como a necessidade de considerá-las em suas interconexões, o que nos permite, inclusive, ampliar a noção de fronteira para além de suas dimensões físicas, de divisas e limites, de espaços marcados unicamente pela manifestação do crime e da violência, mas como um espaço de múltiplas formas de sociabilidades, conflitivas ou não.

Ressalta-se, finalmente, que apesar de todo o material ter sido enviado para a coordenação geral para organização, sistematização e análise, com vistas à produção de relatório com os resultados de todas as pesquisas, aos pesquisadores e pesquisadoras sempre foi permitido também fazer uso desse material levantado para fomentar suas próprias pesquisas. No caso do pesquisador da UFGD, por exemplo, a partir da experiência nesse diagnóstico nacional, pudemos propor e desenvolver outra pesquisa voltada exclusivamente para a região da Grande Dourados, na qual aprofundamos o levantamento de dados qualitativos nos municípios dessa região que não foram cobertos pela pesquisa qualitativa do diagnóstico nacional ⁶, bem como de outra pesquisa mais recente que objetivou um estudo comparativo entre as regiões da Grande Dourados e do Oeste Paranaense, como foco nas representações sociais da violência por meio da imprensa local dessas duas regiões. ⁷

⁶ Projeto “*Violência na Fronteira: representações sociais e políticas públicas na região da Grande Dourados, MS*”, (CNPq - Edital 043/2013). Além de Dourados, foram pesquisados os municípios de Caarapó, Deodápolis, Douradina, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Maracaju, Rio Brillhante e Vicentina. A pesquisa se desenvolveu por meio de entrevistas em profundidade com profissionais da área de justiça, segurança, educação, saúde e representantes de movimentos sociais.

⁷ Pesquisa realizada por meio do estágio de pós-doutorado junto à Unioeste, campus de Toledo, que teve como objetivo levantar e analisar, de forma comparativa, as representações da violência em duas regiões localizadas em faixa de fronteira: Grande Dourados e Oeste Paranaense, especialmente a microrregião de Toledo, incluindo o município de Guaíra que liga com o Paraguai e com o Mato Grosso do Sul. Para tanto, analisamos as representações da violência manifestadas pela imprensa local, a partir do levantamento e análise de 2.256 notícias em quatro jornais (dois para cada uma das regiões), e em entrevistas com profissionais da imprensa e da segurança pública realizadas nos municípios de Dourados, Ponta Porã, Toledo, Guaíra e Foz do Iguaçu.

No caso da pesquisadora da equipe da UNIOESTE, registra-se que, na ocasião da pesquisa, a mesma estava desenvolvendo sua tese de doutorado em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Assim, sua participação na pesquisa nacional, ao possibilitar o trânsito em fronteiras com dinâmicas distintas, permitiu o melhor desenvolvimento da tese⁸ e de questões antes não compreendidas sobre as mudanças que os municípios do Paraná tinham sofrido em relação ao comportamento das taxas de mortes violentas.

Por fim, destacamos a importância de relatos de pesquisa como esse, cuja finalidade vai além da apresentação dos resultados oficiais da pesquisa. Esses, aliás, estão bem registrados nos vários relatórios já publicados pelo Ministério da Justiça e têm servido de base para inúmeras outras pesquisas. A importância do relato é no sentido de apresentar os detalhes e as nuances do trabalho de campo que geralmente não aparecem nos relatórios oficiais, mas que representam de forma substancial a experiência vivida pelos pesquisadores em suas atividades de pesquisa, especialmente quando se trata de pesquisar regiões como as de fronteira, cujas representações muitas vezes não correspondem à realidade da vida vivida.

Referências

BARREIRA, C.; ADORNO, S. A. Violência na sociedade brasileira. In. MARTINS, C. B.; MARTINS, H. H. T. de S. (Orgs.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Barcarolla, 2010, v. 1, p. 303-374.

CARDIN, E. **As múltiplas faces das fronteiras**. Curitiba: CRV, 2013.

CARDIN, E.; ALBUQUERQUE, J. L. C. Fronteiras e deslocamentos. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 114-131, jan./abr. 2018.

FAISTING, A. L.; CARBONARI, W. Representações da violência na fronteira: um estudo a partir de municípios da Grande Dourados, MS. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 23, p. 23-35, 2016.

KLEINSCHMITT, S. C. **As mortes violentas na Tríplice Fronteira**: números, representações e controle social. Estudo comparativo entre Brasil, Paraguai e Argentina. 2016, 236f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MACHADO, L. O. **Sistemas, fronteiras e território**. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia da UFRJ, s/d. (mimeo).

NEVES, A. J., et. al. **Segurança Pública nas Fronteiras**. ENAFRON. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

_____. **Segurança Pública nas Fronteiras**: Sumário executivo. ENAFRON. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

SILVEIRA, A. M.; GUIMARÃES, I. P. (Orgs.) **Conexões (trans)fronteiriças**: mídia, noticiabilidade e ambivalência. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2016.

⁸ KLEINSCHMITT (2016).